**Pacote legislativo DL118**

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |
| Peças legislativas que sustentam e operacionalizam o Decreto - Lei 118/2013 |
| 01-Jul-21 |

# Lei n.º 58/2013

**Lei n.º 58/2013. D.R. n.º 159, Série I de 2013-08-20 -** Aprova os requisitos de acesso e de exercício da atividade de perito qualificado para a certificação energética e de técnico de instalação e manutenção de edifícios e sistemas, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, que transpôs a Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais.

# DL nº 118/2013

**Decreto-Lei n.º 118/2013. D.R. n.º 159, Série I de 2013-08-20 -** Aprova o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços, e transpõe a Diretiva n.º 2010/31/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios.

# Alteração ao DL nº 118/2013

**Decreto-Lei n.º 68-A/2015. D.R. n.º 84, Série I de 2015-04-30 -** Estabelece disposições em matéria de eficiência energética e cogeração, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 2012/27/EU, do Parlamento Europeu e do Concelho, de 25 de outubro de 2012, relativa à Eficiência Energética, procedendo igualmente à primeira alteração ao Decreto -Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, que aprova o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços, e transpõe a Diretiva n.º 2010/31/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios.

# 2º alteração ao DL nº118/2013

**Decreto-Lei n.º 194/2015. D.R. n.º 179, Série I de 2015-09-14 -** Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, relativo ao desempenho energético dos edifícios, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril, que estabelece um regime excecional e temporário aplicável à reabilitação de edifícios ou de frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional.

# 3º alteração ao DL nº 118/2013

**Decreto-Lei n.º 251/2015. D.R.n.º 231, Série I de 2015-11-25 -** Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, que aprovou o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços, e transpôs a Diretiva n.º 2010/31/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios.

# 4º alteração ao DL nº 118/2013

**Decreto-Lei n.º 28/2016. D.R. n.º 119, Série I de 2016-06-23 -** Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, relativo à melhoria do desempenho energético dos edifícios, e que transpôs a Diretiva n.º 2010/31/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010.

# 5º alteração ao DL nº 118/2013

**Lei n.º 52/2018. D.R. n.º 159, Série I de 2018-08-20 -** Procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, relativo à melhoria do desempenho energético dos edifícios, e que transpôs a Diretiva n.º 2010/31/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010.

# 6º alteração ao DL nº 118/2013

**Decreto-Lei n.º 95/2019. DR n.º 136, Série I de 18-06-2019 -** Estabelece o regime aplicável à reabilitação de edifícios ou frações autónomas.

# Decreto-Lei Regional Madeira

**Decreto Legislativo Regional n.º 1/2016/M, D.R. n.º 9, Série I de 2016-01-14 -** Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto -Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, que aprovou o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento do Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e serviços, e transpôs a Diretiva n.º 2010/31/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios.

# Decreto-Lei Regional Açores

**Decreto Legislativo Regional n.º 4/2016/A, D.R. n.º 22, Série I de 2016-02-02 -** Adapta à Região Autónoma dos Acores o Sistema de Certificação Energética de Edifícios, o Regime de acesso e de exercício da atividade de perito qualificado para certificação energética e de técnico de instalação e manutenção de edifícios e sistemas, e o Regime excecional e temporário aplicável à reabilitação de edifícios ou de frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional.

# Portaria nº 349-A/2013

**Portaria n.º 349-A/2013. D.R. n.º 232, Suplemento, Série I de 2013-11-29 -** Determina as competências da entidade gestora do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), regulamenta as atividades dos técnicos do SCE, estabelece as categorias de edifícios, para efeitos de certificação energética, bem como os tipos de pré-certificados e certificados SCE e responsabilidade pela sua emissão, fixa as taxas de registo no SCE e estabelece os critérios de verificação de qualidade dos processos de certificação do SCE, bem como os elementos que deverão constar do relatório e da anotação no registo individual do Perito Qualificado (PQ)

# 1ª alteração à Portaria nº 349-A/2013

**Portaria n.º 115/2015. D.R. n.º 80, Série I de 2015-04-24 -** Primeira alteração à Portaria n.º 349-A/2013, de 29 de novembro que determina as competências da entidade gestora do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), regulamenta as atividades dos técnicos do SCE, estabelece as categorias de edifícios, para efeitos de certificação energética, bem como os tipos de pré-certificados e certificados SCE e responsabilidade pela sua emissão, fixa as taxas de registo no SCE e estabelece os critérios de verificação de qualidade dos processos de certificação do SCE, bem como os elementos que deverão constar do relatório e da anotação no registo individual do Perito Qualificado (PQ).

# 2ª alteração à Portaria nº 349-A/2014

**Portaria n.º 39/2016, D.R. n.º 46, Série I de 2016-03-07 -** Procede à segunda alteração do Anexo IV da Portaria nº 349-A/2013, de 29 de novembro, que determina as competências da entidade gestora do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), regulamenta as atividades dos técnicos do SCE, estabelece as categorias de edifícios, para efeitos de certificação energética, bem como os tipos de pré-certificados e certificados SCE e responsabilidade pela sua emissão, fixa as taxas de registo no SCE e estabelece os critérios de verificação de qualidade dos processos de certificação do SCE, bem como os elementos que deverão constar do relatório e da anotação no registo individual do Perito Qualificado (PQ).

# Portaria nº 349-B/2013

**Portaria n.º 349-B/2013. D.R. n.º 232, Suplemento, Série I de 2013-11-29 -** Define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré-certificados e certificados SCE, bem como os requisitos de comportamento técnico e de eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos e edifícios sujeitos a grande intervenção.

# 1ª alteração à Portaria nº 349-B/2013

**Portaria n.º 379-A/2015. D.R. n.º 207, Série I de 2015-10-22 -** Procede à primeira alteração da Portaria n.º 349 -B/2013, de 29 de novembro, que define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré -certificados e certificados SCE, bem como os requisitos de comportamento técnico e de eficiência de sistemas térmicos dos edifícios novos e sujeitos a intervenção.

# 2ª alteração à Portaria nº 349-B/2013

**Portaria n.º 319/2016 D.R. n.º 239, Série I DE 2016-12-15 -** Foi publicada a Portaria nº 319/2016, de 15 de dezembro, que procede à segunda alteração da Portaria nº 349-B/2013 de 20 de agosto que define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré-certificado e certificado SCE, bem como os requisitos de comportamento térmico e de eficiência dos sistemas técnicos de edifícios novos e sujeitos a intervenção.

# 3ª alteração à Portaria nº 349-B/2013

**Portaria n.º 98 D.R. n.º 65, Série I de 2019-04-02 -** Procede à terceira alteração da Portaria n.º 349 -B/2013, de 29 de novembro, alterada pela Portaria n.º 379 -A/2015, de 22 de outubro, e pela Portaria n.º 319/2016, de 15 de dezembro, que define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré -certificados e certificados do SCE, bem como os requisitos de comportamento técnico e de eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos e edifícios sujeitos a grande intervenção.

# 4ª alteração à Portaria nº 349-B/2013

**Portaria n.º 297/2019 D.R. n.º 172, Série I de 2019-09-09 -** Procede à quarta alteração da Portaria nº 349-B/2013, de 29 de novembro, e estabelece o regime especial para intervenções de reabilitação de edifícios existentes destinados total ou predominantemente ao uso habitacional ou de frações.

# Portaria nº 349-C/2013

**Portaria n.º 349-C/2013. D.R. n.º 233, 2.º Suplemento, Série I de 2013-12-02 -** Estabelece os elementos que deverão constar dos procedimentos de licenciamento ou de comunicação prévia de operações urbanísticas de edificação, bem como de autorização de utilização

# Declaração de retificação nº 4

**Declaração de Retificação n.º 4/2014. D.R. n.º 22, Série I de 2014-01-31 -** Retifica a Portaria n.º 349-C/2013, de 2 de dezembro, do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia que estabelece os elementos que deverão constar dos procedimentos de licenciamento ou de comunicação prévia de operações urbanísticas de edificação, bem como de autorização de utilização, publicada no Diário da República n.º 233, 1.ª série, 2.º suplemento, em 2 de dezembro de 2013

# 1ª alteração à Portaria nº 349-C/2013

**Portaria n.º 405/2015. D.R. n.º 228, Série I de 2015-11-20 -** Procede à primeira alteração da Portaria n.º 349-C/2013, de 2 de dezembro, que estabelece os elementos que deverão constar dos procedimentos de licenciamento ou de comunicação prévia de operações urbanísticas de edificação, bem como de autorização de utilização.

# Portaria nº 349-D/2013

**Portaria n.º 349-D/2013. D.R. n.º 233, 2.º Suplemento, Série I de 2013-12-02 -** Estabelece os requisitos de conceção relativos à qualidade térmica da envolvente e à eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos, dos edifícios sujeitos a grande intervenção e dos edifícios existentes

# Declaração de retificação

**Declaração de Retificação n.º 3/2014. D.R. n.º 22, Série I de 2014-01-31 -** Retifica a Portaria n.º 349-D/2013, de 2 de dezembro, dos Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social que estabelece os requisitos de conceção relativos à qualidade térmica da envolvente e à eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos, dos edifícios sujeitos a grande intervenção e dos edifícios existentes, publicada no Diário da República n.º 233, 1.ª série, 2.º suplemento, em 2 de dezembro de 2013.

# 1ª alteração à Portaria nº 349-D/2013

**Portaria n.º 17-A/2016, D.R. n.º 24, Série I de 2016-02-04 -** Primeira alteração à Portaria n.º 349-D/2013, de 2 de dezembro, que estabelece os requisitos de conceção relativos à qualidade térmica da envolvente e à eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos, dos edifícios sujeitos a intervenção e dos edifícios existentes.

# 2ª alteração à Portaria nº 349-D/2013

**Portaria n.º 42/2019, D.R. n.º 21, Série I de 2019-01-30 -** Segunda alteração à Portaria n.º 349-D/2013, de 2 de dezembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 3/2014, de 31 de janeiro, e republicada pela Portaria n.º 17-A/2016, de 4 de fevereiro, que estabelece os requisitos de conceção relativos à qualidade térmica da envolvente e à eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos, dos edifícios sujeitos a intervenção e dos edifícios existentes.

# Portaria nº 353-A/2013

**Portaria n.º 353-A/2013. D.R. n.º 235, Suplemento, Série I de 2013-12-04 -** Estabelece os valores mínimos de caudal de ar novo por espaço, bem como os limiares de proteção e as condições de referência para os poluentes do ar interior dos edifícios de comércio e serviços novos, sujeitos a grande intervenção e existentes e a respetiva metodologia de avaliação.

# Declaração de retificação

**Declaração de Retificação n.º 2/2014. D.R. n.º 22, Série I de 2014-01-31 -** Retifica a Portaria 353-A/2013 de 4 de dezembro, dos Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, da Saúde e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, que estabelece os valores mínimos de caudal de ar novo por espaço, bem como os limiares de proteção e as condições de referência para os poluentes do ar interior dos edifícios de comércio e serviços novos, sujeitos a grande intervenção e existentes e a respetiva metodologia de avaliação, publicada no Diário da República n.º 235, 1.ª série, suplemento, de 4 de dezembro de 2013.

# Portaria nº 66/2014

**Portaria n.º 66/2014. D.R. n.º 50, Série I de 2014-03-12 -** Define o sistema de avaliação dos técnicos do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE) e aprova as adaptações ao regime jurídico de certificação para acesso e exercício da atividade de formação profissional, aprovado pela Portaria n.º 851/2010, de 6 de setembro.

# Portaria n.º 303/2019

**Portaria n.º 303/2019 D.R. n.º 175, Série I de 2019-09-12 -** Fixa os custos-padrão, definidos por tecnologia, sistema, ou elemento construtivo que permitem quantificar o custo das intervenções para operações de reabilitação.

# Despacho nº 15793-C/2013

**Despacho (extrato) n.º 15793-C/2013. D.R. n.º 234, 3.º Suplemento, Série II de 2013-12-03 -** Procede à publicação dos modelos associados aos diferentes tipos de pré-certificado e certificado do sistema de certificação energética (SCE) a emitir para os edifícios novos, sujeitos a grande intervenção e existentes.

# Despacho nº 15793-D/2013

**Despacho (extrato) n.º 15793-D/2013. D.R. n.º 234, 3.º Suplemento, Série II de 2013-12-03 -** Estabelece os fatores de conversão entre energia útil e energia primária a utilizar na determinação das necessidades nominais anuais de energia primária.

# Despacho nº 15793-E/2013

**Despacho (extrato) n.º 15793-E/2013. D.R. n.º 234, 3.º Suplemento, Série II de 2013-12-03 -** Estabelece as regras de simplificação a utilizar nos edifícios sujeitos a grandes intervenções, bem como existentes.

# Despacho nº 15793-F/2013

**Despacho (extrato) n.º 15793-F/2013. D.R. n.º 234, 3.º Suplemento, Série II de 2013-12-03 -** Procede à publicação dos parâmetros para o zonamento climático e respetivos dados.

# Despacho nº 15793-G/2013

**Despacho (extrato) n.º 15793-G/2013. D.R. n.º 234, 3.º Suplemento, Série II de 2013-12-03 -** Procede à publicação dos elementos mínimos a incluir no procedimento de ensaio e receção das instalações e dos elementos mínimos a incluir no plano de manutenção (PM) e respetiva terminologia.

# Despacho nº 15793-H/2013

**Despacho (extrato) n.º 15793-H/2013. D.R. n.º 234, 3.º Suplemento, Série II de 2013-12-03 -**Estabelece as regras de quantificação e contabilização do contributo de sistemas para aproveitamento de fontes de energia de fontes de energia renováveis, de acordo com o tipo de sistema.

# Despacho n.º 3156/2016

**Despacho n.º 3156/2016, D.R. n.º 42, Série II de 2016-03-01 -** Substituição do programa de cálculo de determinação da energia produzida pelos sistemas solares térmicos e dos sistemas solares fotovoltaicos, no âmbito do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, assim como a substituição da entidade responsável do programa.

# Despacho n.º 10346/2018

**Despacho n.º 10346/2018, D.R. n.º 215, Série II de 2018-11-08 -** Foi publicado o Despacho nº 10346/2018, de 8 de novembro, que procede à alteração do Despacho n.º 15793-H/2013. Este novo Despacho indica o programa de cálculo de determinação da energia produzida pelos sistemas solares térmicos e fotovoltaicos no âmbito do SCE, mas contempla também a possibilidade de ser utilizada outra ferramenta que utilize metodologia de cálculo equivalente que permita, quando aplicável, quantificar essa energia para diversos usos.

# Despacho nº 15793-I/2013

**Despacho (extrato) n.º 15793-I/2013. D.R. n.º 234, 3.º Suplemento, Série II de 2013-12-03 -** Estabelece as metodologias de cálculo para determinar as necessidades nominais anuais de energia útil para aquecimento e arrefecimento ambiente, as necessidades nominais de energia útil para a produção de águas quentes sanitárias (AQS) e as necessidades nominais anuais globais de energia primária.

# Despacho n.º 3777/2017

**Despacho n.º 3777/2017 D.R. n.º 87, SÉRIE II DE 2017-05-05 -** Foi publicado o Despacho nº 3777/2017, de 5 de maio, que procede à alteração do Despacho n.º 15793-I/2013 por forma a harmonizar as metodologias previstas nos diplomas entretanto publicados, designadamente no que se refere à quantificação da contribuição da energia renovável obtida a partir de bombas de calor para a determinação das necessidades nominais anuais de energia útil para aquecimento e arrefecimento ambiente, as necessidades nominais de energia útil para a produção de águas quentes sanitárias (AQS) e as necessidades nominais anuais globais de energia primária.

# Despacho nº 15793-J/2013

**Despacho (extrato) n.º 15793-J/2013. D.R. n.º 234, 3.º Suplemento, Série II de 2013-12-03 -** Procede à publicação das regras de determinação da classe energética.

# Despacho nº 15793-K/2013

**Despacho (extrato) n.º 15793-K/2013. D.R. n.º 234, 3.º Suplemento, Série II de 2013-12-03 -** Publicação dos parâmetros térmicos para o cálculo dos valores que integram o presente despacho.

# Declaração de retificação

**Declaração de Retificação n.º 127/2014. D.R. n.º 29, Série II de 2014-02-11 -** Retificação do despacho n.º 15793-K/2013, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 234, de 3 de dezembro de 2013.

# Despacho nº 15793-L/2013

**Despacho (extrato) n.º 15793-L/2013. D.R. n.º 234, 3.º Suplemento, Série II de 2013-12-03 -** Procede à publicação da metodologia de apuramento da viabilidade económica da utilização ou adoção de determinada medida de eficiência energética, prevista no âmbito de um plano de racionalização energética.

# Despacho n.º 7113/2015

**Despacho n.º 7113/2015. D.R. n.º 124, Série II de 2015-06-29 -** Procede à publicação dos critérios de seleção da verificação da qualidade dos processos e metodologias de verificação da qualidade dos processos de certificação efetuados pelos técnicos do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), em particular os Peritos Qualificados.

# Declaração de retificação

**Declaração de Retificação n.º 769/2015. D.R. n.º 174, Série II de 2015-09-07 -** Retificação do despacho n.º 7113/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 124, de 29 de junho de 2015, referente aos critérios de seleção da verificação da qualidade dos processos efetuados pelos técnicos do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios.

# Despacho nº 8892/2015

**Despacho n.º 8892/2015. D.R. n.º155, Série II de 2015-08-11 -** Define a metodologia de classificação a adotar para os ascensores, tapetes rolantes e escadas mecânicas a instalar em edifícios de comércio e serviços por forma a aferir o cumprimento dos requisitos mínimos de eficiência energética indicados na Tabela I.31 “Requisitos mínimos de eficiência dos ascensores, segundo a norma VDI 4707” desse anexo.

# Despacho nº 14985/2015

**Despacho n.º 14985/2015. D.R. n.º 246, Série II de 2015-12-17 -** Procede à publicação da metodologia a usar para determinar os valores (Qusable) e do Seasonal Performance Factor (SPF) utilizados na metodologia de cálculo da contribuição da energia renovável obtida a partir de bombas de calor.

# Despacho n.º 6469/2016

**Despacho (extrato) n.º 6469/2016. D.R. n.º 95, Série II de 2016-05-17 -** Aferição da evolução do desempenho energético dos edifícios dos modelos associados aos diferentes tipos de pré-certificados (PCE) e certificados (CE) do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE).

# Despacho n.º 6470/2016

**Despacho (extrato) n.º 6470/2016. D.R. n.º 95, Série II de 2016-05-17 -** Definição dos requisitos associados à elaboração dos planos de racionalização energética.

# Despacho n.º 4343/2019

**Despacho (extrato) n.º 4343/2019 D.R. n.º 81, Série II de 2019-04-26 -** Define o fator de conversão para redes urbanas de frio e calor alimentadas por sistemas de cogeração ou de trigeração.